

**GRUPO DE TRABALHO  
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS  
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

**29 de janeiro de 2014**

**(1.<sup>a</sup> audição)**

## **SUMÁRIO**

*O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Guilherme Silva, deu início à reunião às 9 horas e 50 minutos.*

*Os Srs. Eng.º Vasco Campos (Representante da ZIF Caule — Associação Florestal da Beira Serra, da Região Centro), Eng.ºs Gilberto Pereira e José Albuquerque (Representantes das ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel) e Eng.º André Mendes Nunes (Representante da ZIF de Aldeia do Mato, Abrantes) responderam às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados João Ramos (PCP), Maurício Marques (PSD) e Miguel Freitas (PS).*

*O Sr. Coordenador encerrou a audição eram 11 horas e 42 minutos.*

O Sr. Coordenador (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 9 horas e 50 minutos.*

Antes de mais, gostaria de agradecer a disponibilidade dos representantes das várias ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) aqui presentes, a ZIF Caule — Associação Florestal da Beira Serra, da Região Centro, a ZIF de Aldeia do Mato, em Abrantes, e as ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel, para darem o seu contributo a este Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais.

Este é um Grupo de Trabalho constituído por iniciativa da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República, que está muito associado a um ano difícil que tivemos em 2013 nessa matéria e, naturalmente, a Assembleia da República tinha uma obrigação primeira de refletir e de ponderar sobre toda esta problemática. Por isso, temos um mandato no sentido de identificarmos a eventual necessidade de tomar providências legislativas que contribuam para uma maior eficácia na prevenção e no combate aos fogos florestais. Temos também a incumbência de elencar um conjunto de medidas que se possam, ou devam, recomendar ao Governo no mesmo sentido.

Naturalmente, entidades e instituições como as que os senhores aqui representam, que estão muito próximas do terreno, conhecem toda esta problemática, considerando a vossa experiência e o vosso conhecimento. Não podendo ouvir todas as entidades, tivemos que fazer uma seleção por razões de tempo e identificámos as vossas organizações de entre aquelas que poderiam vir aqui trazer um contributo importante.

A forma como organizamos os nossos trabalhos, por razões de

tempo, é a seguinte: damos 5 minutos aos Deputados da cada grupo parlamentar e, no fim, ao Sr. Deputado Relator Miguel Freitas, para formularem as suas perguntas. Depois, os senhores terão 15 minutos para responder às questões que vos forem colocadas. Peço-vos, quando intervierem, o favor de se identificarem.

Agora, tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): — Sr. Coordenador, Srs. Deputados: Queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, os nossos convidados.

Vou colocar-lhes três ou quatro questões muito simples e, se calhar, genéricas, mas sei que no decorrer da audição serão colocadas questões mais específicas.

A primeira questão é a seguinte: na vossa perspetiva, como é que avaliam a relação entre as políticas florestais e a problemática dos incêndios? É porque o que ouvimos constantemente é que temos muitos incêndios por causa das alterações climáticas — as características climáticas do nosso País estão a alterar-se e isso provoca mais incêndios; e por causa dos pirómanos e dos incendiários, mas fala-se pouco da política florestal e da forma como fazemos, ordenamos e gerimos a floresta. Os incêndios estão ou não relacionados com isso? Gostava de ouvir a vossa opinião sobre isso.

A segunda questão é sobre como é que se relaciona o modelo de desenvolvimento com a questão dos incêndios, nomeadamente, com o êxodo rural (o facto de haver ou não pessoas no território), porque vamos tendo alguns números e dados, designadamente sobre a relação entre o número de ignições a área ardida: os distritos mais povoados têm maior número de ignições, mas têm menos área ardida. Gostaria de saber se os

incêndios têm ou não relação com a forma como ocupamos o território.

A terceira questão é a seguinte: como é que a presença do Estado e de outras estruturas no território também se relaciona com isto?

Por exemplo, uma das queixas que ouvi quando visitei o Caramulo foi a de que, quando existia um corpo de guardas florestais, havia um conhecimento profundo do território e da rede viária e até uma manutenção que desapareceram. Embora aquelas competências tenham transitado para a GNR, o modo de atuação não é o mesmo.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) já nos disse que é mau a estrutura que é responsável pela política florestal não ter um mecanismo para intervir no território, não ter «uma mão» no território. E isto prende-se com a presença não só das pessoas mas também do Estado no território.

Quanto ao combate (certamente falarão nisso), uma das questões que se me coloca é a de que há um conjunto grande de entidades a intervir no território. Aliás, quando vemos as notícias sobre incêndios, basta verificar a quantidade de entidades que são ouvidas: é a GNR; é a Força Especial de Bombeiros; são as corporações dos bombeiros; são as várias estruturas e as várias equipas, nomeadamente as do ICNF. Há, aqui, um conjunto grande de entidades. O que vos pergunto é se isto funciona bem, se as entidades se articulam, se este é o modelo mais adequado.

A última questão tem que ver com algumas opções que estão a ser tomadas para o futuro.

Alguns dos senhores foram ouvidos nesta Assembleia quando discutimos, no âmbito de uma apreciação parlamentar, a florestação e a reflorestação. Neste momento, estamos a fomentar o aparecimento de mais floresta. Ora, o que pretendo saber é onde é que deve estar este equilíbrio entre ter mais floresta e gerir melhor. Neste momento, é adequado fomentar

o aparecimento de mais floresta, quando os dados nos dizem que há milhões de metros cúbicos de árvores que já deveriam ter disso cortadas e que não o foram?

Não temos dúvidas de que uma melhor gestão florestal tem tudo a ver com esta questão dos incêndios. Como é que o negócio da madeira se cruza com isto, nomeadamente os preços da madeira? Como é precisávamos de regular este mecanismo, sendo que o comércio da madeira, em Portugal, é praticamente controlado por um duopólio?

Queria ainda questioná-los sobre esta coisa que existe agora da «multa na hora» passada pela GNR, isto é, gostaria de saber como é que veem isso. É como se a GNR apanhasse um condutor em flagrante..., mas esquecem-se de que o proprietário florestal não está presente quando o multam — não foi mandado parar, não ia com a floresta às costas...

Isto é realmente eficaz no que respeita aos propósitos que pretende alcançar ou é apenas um bocadinho de *show-off* e, depois, não se resolvem os problemas?

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Marques.

O Sr. Maurício Marques (PSD): — Sr. Coordenador, naturalmente, começo por cumprimentar os convidados e por agradecer a sua presença. Obviamente, não vou fazer considerações sobre o mandato que nos cabe, pois o que estamos aqui a fazer é conhecido e já foi muito bem expresso pelo Sr. Presidente.

De todo o modo, vou aproveitar as mais-valias que as ZIF podem ter para falar sobre uma questão. Ao longo do tempo, temos vindo a falar de vários temas, mas há uma questão que obriga a repensar um pouco o

ordenamento florestal, que é a da propriedade.

Sabemos que em território nacional a propriedade é maioritariamente detida por privados e constituída por minifúndios, e que as ZIF foram criadas justamente para fazer o emparcelamento das propriedades no sentido de lhes dar dimensão e de, com isso, permitir fazer um ordenamento mais adequado, porque, obviamente, sabemos que um ordenamento mais adequado pode proporcionar uma melhor prevenção dos fogos florestais, um melhor ordenamento do território e diminuir significativamente os riscos de incêndio.

Portanto, vou aproveitar o facto de estarem aqui presentes representantes das ZIF para me dizerem, dada a experiência que têm, se este é um modelo adequado para promover o ordenamento florestal, ou seja, se promover o emparcelamento e dar dimensão à propriedade proporciona um melhor ordenamento. Entendemos que ninguém tem dúvidas de que não se pode ordenar a floresta com pequenas parcelas das quais não conhecemos os proprietários, e as ZIF foram um modelo criado justamente para lhes dar dimensão.

Partindo deste princípio de que uma maior dimensão permite um melhor ordenamento, pergunto quais foram as dificuldades que as organizações aqui presentes tiveram quer na constituição das ZIF quer na sensibilização da população no sentido de levá-la a aderir a este modelo. Obviamente, sei parte das respostas, até porque estou na presença de um promotor com o qual fiz algumas sessões de esclarecimento no sentido de tentar convencer os proprietários, mas gostaria que de viva voz nos dissessem quais as dificuldades que sentiram.

Partindo do princípio de que os modelos estão instituídos nas vossas ZIF, queria também que nos ajudassem a perceber quais são as dificuldades que têm em ordenar a floresta, em diversificar as espécies, até para que não

haja uma monocultura, e em conseguir que exista um maior consenso relativamente ao ordenamento florestal, porque sabemos que a falta de consensos por vezes é prejudicial.

Gostaria ainda de saber qual é a dificuldade que vocês têm em manter limpo o espaço que gerem, pois sabemos que a falta de manutenção e de limpeza da floresta é um dos problemas que tem influência na dimensão dos incêndios.

Ainda relativamente à limpeza, pretendia saber até que ponto é que as centrais de biomassa contribuíram para retirar o combustível da floresta. Sabemos que há um excesso de combustível todos os anos e que, nomeadamente, os incêndios de maior dimensão se devem ao facto de haver uma grande quantidade de combustível. Até que ponto é que as centrais de biomassa vieram proporcionar a retirada de combustível do seio da floresta?

Coloco-vos esta questão porque foi dito por um professor universitário, que tivemos ocasião de ouvir na nossa última reunião, que, estatisticamente, à volta da Central de Biomassa de Mortágua os incêndios teriam diminuído. Uma vez que está aqui representada uma ZIF que opera nas imediações da Central de Biomassa de Mortágua, eu gostaria que se manifestassem sobre essa afirmação aqui produzida por um professor universitário.

Aqui, temos vindo também a falar largamente sobre a utilização do fogo como modo de limpeza de floresta: o fogo controlado como uma forma de retirar — insere-se naquilo que eu disse — combustível da floresta.

Todas as vossas organizações fazem prevenção florestal e manutenção do espaço que ocupam, pelo que queria saber o que é que acham da utilização do fogo controlado.



Gostaria ainda de saber o que é que pensam relativamente a uma forma de habilitar as pessoas para a utilização do fogo controlado, porque sabemos que neste momento, apesar de se reconhecer que o fogo controlado poderá ser uma arma de prevenção, ele não é muito utilizado por falta de conhecimento, de capacidade técnica e de habilitação. Portanto, gostaria também de vos ouvir sobre isso, nomeadamente sobre se consideram que se deveria alargar um pouco o leque de pessoas credenciadas para o efeito.

O Sr. Presidente vai chamar-me à atenção, mas estou terminar — estou a utilizar um minuto que restou ao meu Colega do PCP, João Ramos, que apenas usou 4 minutos do seu tempo, que me foi gentilmente cedido...

Relativamente ao combate, sabemos que a primeira intervenção é decisiva na eliminação dos incêndios. As estatísticas que têm sido aqui referidas ao longo de várias audições revelam que temos alguma eficiência na primeira intervenção, pelo que parte dos fogos é eliminada nessa fase, mas que não somos assim tão eficazes no combate a fogos de grandes dimensões. E eu gostaria, dada a vossa experiência no terreno, que nos ajudassem a perceber porque é que nesta matéria não temos sido tão bem sucedidos.

Termino agradecendo a todos a colaboração prestada.

O Sr. Coordenador: — Agora, tem a palavra o Sr. Deputado Relator Miguel Freitas.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr. Coordenador, começo também por cumprimentar os representantes das ZIF e por agradecer a sua presença.

Sempre que conversamos com as ZIF, a primeira questão que se coloca é sobre a legislação.

Gostava de saber quais são as dificuldades que vocês têm, do ponto de vista da legislação, para passarem de uma gestão de condomínio a uma gestão integrada ou integral. Pretendia ainda saber se essa é ou não uma questão importante para vocês e como é que podemos avançar nessa matéria.

A segunda questão prende-se com o cadastro. Não temos cadastro na maior parte do território, por isso eu gostava de saber qual o contributo que as ZIF podem dar na elaboração do cadastro e se, não havendo cadastro, na construção da rede primária, o regime de edital pode ajudar a resolver o problema.

A terceira questão, resumindo no fundo uma questão que o Deputado Maurício Marques já colocou, é a de saber quais são as dificuldades para implementar os planos de gestão florestal (PGF). As ZIF têm necessidade de ter um plano de gestão florestal e eu pergunto qual é a dificuldade que têm para executar esses planos de gestão florestal.

Depois há a questão seguinte: se temos um dispositivo de combate integrado, temos um conjunto de intervenções em matéria de prevenção estrutural não integrado. Portanto, gostava de saber se é ou não necessário um dispositivo conhecido, com normas e diretivas nacionais, relativamente à prevenção estrutural e qual é o papel que o ICNF deve desempenhar nessa pirâmide da prevenção estrutural. Qual é a vossa relação com o ICNF neste momento? O ICNF é uma instituição próxima do terreno ou não?

Brigadas de sapadores florestais: quais são as alterações que vocês consideram que é necessário fazer, já que é evidente que o programa estagnou? Estagnou porque os recursos financeiros certamente não chegam para tudo... A verdade é que tínhamos uma meta de 500 e temos cerca de 300 e portanto a questão é o que é que fazemos perante esta situação.

Quanto à responsabilidade civil dos proprietários, ouvimos alguns dirigentes federativos defenderem a proposta que a Sr.<sup>a</sup> Ministra colocou no sentido de haver uma intervenção direta por parte da GNR. O que gostávamos de saber era, depois de multado o proprietário, quem é que substitui o proprietário porque, naturalmente, as multas passam-se, mas o mal fica lá... Portanto, o que é preciso é saber como fazemos executar o que é necessário resolver.

Em relação à formação, temos a formação dos agentes ligados à floresta, formação relacionada com o fogo. Quando falamos de formação, falamos normalmente de formação de bombeiros. Gostávamos, por isso, de saber se a formação dos sapadores florestais é adequada à sua atividade de prevenção, mas também adequada à sua atividade de combate, ou seja, de colaboração em termos de combate. Portanto, pergunto como é que veem toda esta questão da formação.

A rede primária das faixas de gestão de combustível é uma infraestrutura central em todo este modelo. Pergunto: qual é o papel que as ZIF podem ter nesta matéria?

O Sr. Coordenador: — Darei de seguida a palavra aos nossos convidados para responderem. Peço-lhes apenas que se organizem em termos de intervenção e que se identifiquem, referindo a ZIF que representam.

O Sr. Eng.º Vasco Campos (ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel): — Bom dia a todos. Agradeço mais uma vez o convite que me foi feito. O meu nome é Vasco Campos e sou Presidente da CAULE — Associação Florestal da Beira Serra. A nossa associação representa doze

ZIF's, no total de cerca de 60 000 ha, que envolvem cerca de 6000 proprietários.

O conjunto de perguntas que aqui nos deixaram é extremamente vasto... e não vamos ter tempo para responder pormenorizadamente a todas.

O Sr. Coordenador: — Se entenderem depois, se virem que é útil, complementar as vossas intervenções aqui com qualquer documento escrito que nos possam mandar, agradecemos.

O Sr. Eng.º Vasco Campos: — Muito obrigado.

Algumas das perguntas são transversais aos Srs. Deputados, pelo que vou tentar responder.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado João Ramos sobre o êxodo rural e os pirómanos, gostaria de referir que o êxodo rural é assumidamente um problema que temos e que não estamos a conseguir travar. Ninguém tenha dúvidas de que há uma relação direta, isso está mais do que estudado, entre o êxodo rural, o abandono das aldeias, o abandono dos meios rurais, o abandono da agricultura e os incêndios. Tem de haver!

Portanto, cabe aos senhores, cabe do Governo e sabe a esta Casa legislar neste sentido. Não se obrigam as pessoas a viver nas aldeias, mas podem criar-se políticas no próximo quadro comunitário de apoio para ajudar as pessoas a viverem nas aldeias. É porque, não tenham dúvidas, à medida que o País se vai desertificando no interior, à medida que houver mais abandono, cada vez vai haver mais incêndios.

Portanto, este é um problema estrutural, a questão do êxodo rural para o qual tenho estado sempre a alertar, porque podemos tentar fazer tudo, mas se não conseguirmos diminuir, já nem digo parar, o êxodo rural, não vamos conseguir chegar a bom porto...!

Sobre a questão dos pirómanos, embora a opinião pública diga o contrário, as estatísticas dizem-nos, de facto, que a maior parte dos incêndios não têm origem criminosa.

A verdade é que nós, que estamos no terreno, ali a analisar, ocorrência a ocorrência, chegamos à conclusão de que essa percentagem deve andar muito próxima dos 50%, infelizmente. Simplesmente, se forem ver também às estatísticas, existe uma grande franja de ocorrências que não têm causa apurada. Quando não se consegue ter a certeza do que foi, refere-se a ocorrência como tendo causa não apurada. Ora, a minha experiência — porque o objetivo aqui é dar a minha experiência no terreno — leva-me crer que, de facto, no caso das ocorrências de causa não apurada, muitas delas têm a ver com causas criminosas. Portanto, também há aqui um trabalho a fazer nesse sentido de tentar controlar estas questões.

Ainda relativamente à razão dos incêndios, há um outro aspeto de que vou falar, embora a questão não tenha sido posta por nenhum dos Srs. Deputados, que se refere à sensibilização. Estamos com um défice de sensibilização há vários anos, ou seja, há muitos anos que não há campanhas de sensibilização neste País. Ora, as campanhas de sensibilização não podem parar! Não podem parar!

Ainda ontem tive uma reunião com os meus técnicos para falarmos nestes assuntos e para me preparar melhor para vir para esta reunião e eles chamavam-me a atenção para o seguinte: que tipo de pessoas é que ainda não sabem que não podem fazer fogo em dias críticos? Que tipo de pessoas? As pessoas que não vivem nas aldeias, que vão lá passar as férias, que estão em Lisboa, que estão no estrangeiro e também as pessoas da faixa ali a partir dos 60, 70, 80 anos que ainda estão no campo e continuam a ter este tipo de comportamento de fazer fogo nos dias críticos.

Há ainda uma questão nova, que é a seguinte: com o advento da mecanização florestal e, com o aumento da rotação das máquinas — porque as máquinas cada vez são mais potentes, seja a moto-roçadora, seja a motosserra ou seja o trator —, cada vez existem mais ocorrências provenientes das operações florestais e agrícolas. Atenção, não são só operações florestais. São operações florestais e agrícolas. Também aqui há uma falta de sensibilização.

Portanto, gostaria de deixar uma palavra, porque as campanhas de sensibilização não podem parar. Havia campanhas de sensibilização baseadas nas Organizações de Produtores Florestais (OPF), que são o único braço florestal do Estado no «Portugal profundo», e essas campanhas estão paradas há vários anos.

Relativamente à questão da guarda-florestal, foi uma medida que já foi tomada há 5, 6 ou 7 anos e que consideramos altamente duvidosa. Era preferível que a guarda-florestal estivesse integrada no ICNF, porque esse é que é a autoridade florestal nacional e é aí que a guarda-florestal deveria estar.

Quanto à questão do combate e da articulação, falando para o Sr. Deputado Maurício Marques, que também colocou este problema, eu não noto problemas de articulação. Há realmente várias entidades a combater fogos. Represento uma entidade que, nos grandes fogos, chega a trazer 30 a 35 homens para um combate. Eu não tenho problemas nem noto problemas de articulação. De facto, demorámos a chegar a este ponto, mas parece-me que hoje em dia estão devidamente organizadas.

Não me cabe estar aqui a tecer considerações sobre os problemas que existem dentro das equipas de bombeiros e das corporações de bombeiros, mas não posso deixar de fazer uma pequena nota sobre esta matéria. As minhas equipas de sapadores florestais conhecem pormenorizadamente o

terreno. Os técnicos que acompanham — porque os meus técnicos acompanham as equipas de sapadores! — conhecem pormenorizadamente o terreno. São pessoas que têm experiência, que têm a vida delas ali centrada, que conhecem pormenorizadamente os caminhos, conhecem os povoamentos, conhecem os territórios, conhecem as pessoas, conhecem até o comportamento do fogo, porque os fogos repetem-se e já há 10 anos ali estiveram e viram que é assim que o fogo progride e que normalmente as coisas acontecem de uma determinada forma.

Portanto, o que acontece é que, muitas vezes, quando é nos grandes fogos, as corporações que vêm de fora não têm esse conhecimento e muitas vezes são deixadas sem grande acompanhamento. É uma nota que eu gostaria de deixar relativamente a esta questão.

Passando agora à questão sobre o novo decreto-lei das arborizações *versus* gestão, também pusemos algumas reticências a este diploma. Devo dizer que ainda estamos a ver como é que as coisas estão a acontecer mas, no nosso caso, que temos todo o território de intervenção organizado em ZIF, espero que as coisas funcionem. Ainda estamos a ver como funcionam. É que, se há um Plano de Gestão Florestal (PGF) e se o PGF diz que ali, naquele território, só se podem colocar determinada espécie ou que determinada espécie não pode aumentar por esta ou aquela razão técnica e até baseadas nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), espero que toda essa articulação funcione.

Neste momento, finalmente, passados três ou quatro anos de termos os PGF aprovados, os serviços já não estão a solicitar os PGF para fazer essa articulação relativamente às plantações.

De facto, o problema florestal de Portugal não tem a ver com plantações. O problema florestal tem a ver com a gestão. E se a questão do

Sr. Deputado se baseava nisso, digo-lhe aqui, claramente, que o problema não é a plantação. O problema é a gestão!

Sobre a questão da multa na hora, e respondendo também ao Sr. Deputado Miguel Freitas — e eu fiz uma intervenção pública acerca do assunto —, a questão foi alterada e empolada pela comunicação social. Quem não está dentro dos assuntos, não sabe do que estamos a falar. Porque aquilo de que estávamos a falar — e foi isto que subentendi da parte da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura — era da questão dos 50 m à volta das casas e dos perímetros. Ou seja, não estávamos a falar da propriedade florestal — porque a opinião pública, a dada altura, pensou que estávamos a falar da propriedade florestal espalhada pelo País, mas não!

Eu referi-me à questão dos 50 m e a questão dos 50 m é de facto extremamente grave. Eu não sei se é a «multa na hora» que vai resolver o problema! Mas que é grave e que é de um laxismo gritante, porque é das coisas mais graves que existem nos incêndios e na floresta em Portugal, é! Porque o que acontece é que as pessoas não são responsabilizadas.

Eu represento uma associação de proprietários e uma federação, mas, como costume dizer, represento proprietários conscientes, mas pessoas que têm 50 m à volta das casas, que não limpam os 50 m conforme está na lei, que não limpam os 100 m à volta das povoações ou os 100 m à volta das zonas industriais, que compete às câmaras municipais... Ainda ontem me recordavam de um fogo gigantesco que chegou com uma intensidade brutal em Coja, concelho de Arganil, que chegou à zona industrial de Coja, onde estava tudo abandonado, tudo em último estado... Eu não sei se é multa na hora..., o que sei é que alguém tem de fazer alguma coisa relativamente a este assunto! Porque aquilo que está na legislação — e ainda ontem estive a lê-la e a relê-la — não é cumprido! Devia haver um inventário antes da



época de incêndios florestais, antes do período crítico, das áreas que deveriam ser limpas, freguesia a freguesia.

Claro que não estamos aqui a falar de deixar o solo como está o chão desta sala. Estamos a falar de limpar as zonas mais críticas! Não podemos continuar a ter mato e silvas encostados às persianas das casas, como vejo constantemente. É porque depois, repito, os bombeiros, em vez de estarem a combater os fogos nas florestas, estão a defender as casas. Estou no terreno, todos os anos estou no terreno e assisto a esta triste tragédia!

Portanto, volto a repetir: tem de haver uma mão mais forte relativamente a isto! Se não conseguirmos travar o abandono, é impossível limpar o País todo. Mas temos de limpar nos locais críticos e estes estão todos inventariados. Temos a legislação toda, o que temos é de a fazer cumprir!

Relativamente a essa questão, era isto que queria dizer.

Voltando, ainda, às questões colocadas pelo Sr. Deputado Maurício Marques, nomeadamente ao ordenamento, à prevenção, ao poder para a entidade gestora, às ZIF, Sr. Deputado, é bom que tenhamos todos consciência de que as ZIF são uma entidade nova. As ZIF têm cinco, seis, sete, oito anos e, portanto, em termos florestais, são entidades que, digamos assim, ainda são bebés..., mas que esperamos que a legislação dê mais poder à entidade gestora para a intervenção, aí isso esperamos, é claro que esperamos! Já temos, de facto, algum poder, e também o quero pôr à prova um dia destes, mas esse poder, muitas vezes, tem de ser legitimado, não pode ser só um poder de decreto, tem de ser um poder institucional. Não sei se me estou a fazer entender, porque isto não é fácil de transmitir.

Imagine o que se passa com uma entidade gestora: «Tenho aqui uma parcela abandonada, ponho um edital, enquanto entidade gestora,...» — a legislação já mo permite —, «a dizer ao proprietário para fazer as

operações *x*, *p*, *t*, *o*, que estão no Plano de Gestão Florestal». E falo de operações básicas: um povoamento de pinheiro bravo, abandonado há 20 anos, precisa de um desbaste, por exemplo, e precisa de uma roça de matos. São coisas básicas! Se o proprietário não intervier, eu posso intervir, mas, no dia em que eu intervier, aparece o proprietário com uma caçadeira na mão... Está a ver?! Portanto, será que a entidade gestora está para se sujeitar a uma coisa destas? Depois, fica mal vista... São questões que ainda vão levar o seu tempo, mas acho que estamos no bom caminho e que o caminho não pode ser parado. Mas trata-se de um processo de melhoria contínua e que tem de ser apoiado pelo Estado, institucionalmente.

Quanto à questão do cadastro, acho que é básica. Então, nesta questão dos 50 m, a outra questão que se coloca... Se eu sei, a GNR sabe, de uma forma básica. No caso de um condutor, a GNR vai ali, tira a matrícula da minha viatura, faz um telefonema ou vai ao computador e vê: «Isto é do Manel». Mas na propriedade rústica não temos esta ferramenta e, portanto, é impossível cadastrar o País todo de uma vez. Vamos fazê-lo a pouco e pouco, tendo por base algumas das ideias que a Sr.<sup>a</sup> Ministra lançou para o ar, como aquela hipótese de aproveitar o parcelário agrícola. É uma hipótese! Aplica-se mais à agricultura do que à floresta, porque o parcelário existe, mas para a agricultura, porque, para a floresta, pouco ou nada tem. Mas, de facto, temos de avançar para conseguir identificar os proprietários.

Até deixo aqui uma ideia-limite, talvez até demasiado arrojada, talvez até contra mim e a organização que represento. Por exemplo, por que não o próprio Estado solicitar aos proprietários, um a um, que identifiquem as suas parcelas, perimetralmente?! O próprio Estado, por exemplo, podia dizer aos proprietários o seguinte: «Os senhores têm dois, três ou cinco

anos para apresentarem na conservatória ou nas finanças o levantamento perimetral da vossa propriedade».

Não domino a legislação, mas, neste momento, não há necessidade de os proprietários apresentarem uma série de ferramentas relativamente à propriedade urbana?! Então, por que não?! É apenas uma ideia.

Há uma questão que quero aqui referir, relativamente às ZIF, e que se verifica no nosso caso — pode não se verificar em algumas ZIF, mas na nossa verifica-se —, que é a seguinte: temos um problema gravíssimo que nos trava a melhor gestão da ZIF, que é o número de interlocutores. A propriedade está tão dividida, tão dividida, tão dividida que o número de interlocutores, o número de pessoas com quem temos de lidar é tão grande que tem um custo administrativo absolutamente... Portanto, um técnico, às vezes, para conseguir tratar de um assunto de meia dúzia de hectares, tem de falar com 10, 15, 20 pessoas que estão espalhadas não sei por onde. E isto, para nós, tem um custo muito grande, em termos administrativos.

Quanto à questão das centrais de biomassa, quero dizer que, na nossa região, só conheço uma central de biomassa a trabalhar, que é a de Mortágua. Depois, relativamente às centrais a nível nacional, há uma no Norte e parece-me que a de Belmonte está a funcionar mal.

O Sr. João Ramos (PCP): — É em Aveiro.

O Sr. Eng.º Vasco Campos (ZIF CAULE): — Em Aveiro?! Mas não há uma na zona de Chaves?! Peço desculpa, mas parece-me que havia aí uma.

Portanto, daquele concurso das centrais de biomassa, em que eram para avançar 12 ou 14, julgo que só uma ou duas estão a funcionar. O que há são fábricas de *pellets*, como há uma em Arganil e outra em Mortágua,

de dois grupos económicos diferentes, que, sejamos claros, não estão a consumir matos, estão a consumir madeira!... É certo que muita madeira é proveniente de desbastes, mas estão a consumir madeira. Portanto, o que muita gente diz, quando refere os matos, a retirada dos matos e o aproveitamento dos matos para as centrais de biomassa, é puro lirismo, porque, nas operações florestais, a maior parte dos matos é destroçada e fica no solo destroçada, não constituindo risco de incêndio.

Relativamente à questão do fogo controlado, o fogo controlado, como sabe, está legislado e pode ser executado por técnicos que estejam credenciados para isso. A nossa associação tem os técnicos credenciados para isso.

Porque é que o fogo controlado não é mais usado? Também houve muito folclore à volta do fogo controlado. Não sou contra o fogo controlado, antes, pelo contrário, o fogo controlado é uma grande ferramenta, simplesmente, o fogo controlado esbarra na questão da propriedade e... Como é que poderei explicar isto? O fogo controlado, e não sou especialista em fogo controlado, tem de ter uma determinada dimensão. Não posso fazer fogo controlado em 2000 m<sup>2</sup> ou 3000 m<sup>2</sup>. É uma área muito pouco extensa! Quando fazemos fogo controlado, fazemo-lo em faixas e em áreas relativamente grandes. O que acontece é que fazer fogo controlado em áreas privadas, onde há um eucaliptal com 10 anos, a seguir, um pinhal de regeneração natural com 2 anos, a seguir, um carvalhal, não é viável. Não há homogeneidade para conseguirmos fazer fogo controlado na propriedade privada. A maior parte do fogo controlado que tem sido feito em Portugal é nos baldios e na propriedade pública, gerida pelo Estado. Agora, que deve ser incentivado e que deve ser usado, não tenha dúvidas, porque o fogo controlado tem um custo muito mais

baixo do que as operações de limpeza e, se for bem feito e nas alturas certas, tem uma eficácia tremenda, tremenda.

Relativamente ao fogo controlado, era a única coisa que queria dizer.

Falou-me também em alargar, mas acho que o fogo controlado é demasiado técnico, tem demasiada responsabilidade... Pode alargar-se. Não conheço a legislação ao pormenor, não sei se é obrigatória uma licenciatura em engenharia florestal ou se um engenheiro do ambiente ou de agronomia o pode fazer, mas acho que tem de haver habilitações-base e formação específica.

Quanto à questão do combate e da primeira intervenção, sempre a defendi. Pela minha experiência, e ando nos fogos há 13 ou 14 anos de forma muito intensa, embora andasse desde a minha adolescência, porque passava os verões numa aldeia e, portanto, desde a minha adolescência, como talvez também alguns Srs. Deputados, combatia fogos, o que me parece é que melhorámos muito, mas mesmo muito, ao nível da primeira intervenção, depois dos grandes incêndios de 2003 e 2005. Os incêndios têm de se apagar à nascença!

Agora, também há uma coisa que questiono: nos verões de 2006, 2007 e 2008, que me lembre, e estou a falar de uma forma empírica, as corporações de bombeiros, nos dias críticos, iam para o terreno, estavam pré-posicionadas a fazer vigilância; hoje, aliás, nos últimos anos, deixaram de estar. Porquê? Não percebo porquê, porque as equipas de sapadores florestais estão pré-posicionadas. Ora, se, nos dias críticos, também tivéssemos as equipas de primeira intervenção das corporações de bombeiros pré-posicionadas, era uma grande ajuda.

Portanto, penso que a primeira intervenção está bastante melhor, a única coisa que tenho a dizer é que, nos dias críticos, naqueles dias maus, que são 10 dias por ano e estão perfeitamente balizados, o dispositivo tem

de estar em alerta máximo. E, às vezes, parece-me que nem sempre isso acontece, por parte de alguns interlocutores.

Relativamente aos fogos de grande dimensão, como lhe disse, pela parte que me toca, não vejo problemas de articulação. Se os há, e também lhes falo, simplesmente, pelo meu conhecimento — é a minha opinião que transmito —, têm a ver com a vinda de outras corporações, de outros locais, de outras regiões do País, para aquele local. É o que me parece, porque, a nível local, na generalidade, temos boas corporações de bombeiros, temos gente com muito valor — isto também tem de ser aqui dito — e que faz um trabalho excepcional.

Quanto ao que foi dito pelo Sr. Deputado Miguel Freitas, falou-me na questão da legislação e das ZIF. Já aqui foi dito que a legislação precisa de ser melhorada para dar mais poder à entidade gestora. A Sr.<sup>a</sup> Ministra veio dizer isso há umas semanas ou há uns meses, nós até já pedimos para sermos ouvidos, porque estranhámos não termos sido ouvidos relativamente a essa nova legislação e, portanto, estamos à espera de ser ouvidos, para podermos dar a nossa opinião, mas o aumento da força da entidade gestora é importante, porque — não tenham dúvidas! — demorará anos até que essa força seja evidente no terreno. É que não é uma força que se dê por decreto, é uma força que se ganha, que é institucional, mas, para se ganhar, é preciso que também tenhamos, por detrás, o apoio do Estado, a legitimidade do Estado. Não basta passar para as OPF (Organizações de Produtores Florestais) e para as ZIF aquilo que o Estado, provavelmente, deveria estar a fazer. O Estado, ao longo dos últimos 10, 15 ou 20 anos, passou para as organizações de produtores florestais muita parte das suas incumbências, mas também tem de nos dar força institucional.

Já falámos do cadastro.

Quanto à rede primária, houve problemas absolutamente... E também já o disse aqui, nesta Casa!

A Sr.<sup>a</sup> Gestora do PRODER, ainda no tempo do anterior Governo, resolveu uma série de «encravanços» que o PRODER tinha relativamente às questões florestais, mas houve um que não foi resolvido e que levou a que, por exemplo, algumas associações tivessem problemas. Não foi o caso da CAULE, aliás, até foi o caso da CAULE, no que diz respeito a um concelho, o concelho de Seia, porque, nos concelhos de Arganil e de Oliveira do Hospital, não houve problemas. No concelho de Seia houve um problema, que levou a que a URZE (Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela), que trabalha em Seia e Gouveia, também tivesse o mesmo problema, que foi o de andar a inventariar os proprietários, um a um, para conseguir fazer os projetos da rede primária do PRODER. Isto é absolutamente inadmissível!

Se temos uma ZIF, se a rede primária está dentro da ZIF... Então, mas a ZIF não é para dar legitimidade de intervenção?! O Sr. Presidente da Câmara de Seia decidiu que não queria assinar essa responsabilidade, não quis pôr o edital, e eles tiveram de andar a inventariar os proprietários, um a um! Ora, felizmente, no concelho de Oliveira do Hospital, o Sr. Presidente até achou que sim, que devia assinar, e assinou. Isto não pode estar dependente de uma interpretação jurídico-política de... Não! Tem de haver legitimidade para intervir numa rede primária! Nós estamos a fazer rede primária, não temos problemas absolutamente nenhuns! Desde que haja bom senso, não temos problemas, estamos a executar milhares de hectares de limpezas em mosaicos, em redes primárias! E os problemas são absolutamente residuais, porque as pessoas ficam contentes. Então, estamos a limpar-lhes as propriedades, quem é que fica contra?!

Foi uma pena esta questão não ter ficado mais resolvida e, por isso, espero que, no próximo quadro comunitário de apoio, estas questões, esta articulação entre o PRODER, as medidas e o ICNF seja mais cabal, para que a nossa intervenção possa ser mais facilmente realizada.

Vou tentar ser rápido. Quanto às dificuldades de implementação do PGF, devo dizer que os nossos PGF's esbarraram na questão do cadastro. Quer dizer, nós não tínhamos cadastro e o PGF é uma ferramenta que não tem a objetividade que nós gostaríamos que tivesse. Nós fizemos PGF's, em ZIF's de 3000 ha, 4000 ha ou 5000 ha, o território foi todo inventariado, definiram-se as várias manchas e as várias operações. Mas onde é que o PGF está a ser pedido? Está a ser pedido onde há intervenção do Estado. E nesta questão das arborizações, neste momento, temos o Estado (finalmente!), temos as câmaras municipais, temos os serviços do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) a solicitarem-nos os PGF — é que, depois, o PGF até há de lá estar no ICNF, mas está noutra gabinete, noutra sítio — para ver, por exemplo, se uma plantação de eucalipto que o «Sr. Manel» se está a propor fazer aqui, conforme a nova legislação, «casa» com o que está no PGF.

Portanto, com os PGF, as coisas estão a começar a funcionar, estão a começar a andar. Tudo ainda muito incipiente, mas acho que estamos num bom caminho.

Relativamente ao dispositivo para a prevenção estrutural, já aqui falado, não lhe posso dar uma opinião muito clara, pois depende das suas atribuições. Não é de pôr de parte, mas depende das atribuições. Acho que é um assunto que pode ser discutido e que deve ser falado. Se há um dispositivo para a questão do combate, então, um dispositivo para a prevenção estrutural também pode ser falado, pode ser discutido.



Relativamente à nossa relação com o ICNF, o Sr. Deputado sabe o que tem vindo a acontecer aos serviços florestais ao longo dos últimos anos — e isto foi transversal aos vários governos. Houve uma lenta diminuição de poderes do ICNF, o que é absolutamente triste. E nós sentimo-nos tristes, sentimo-nos, de alguma forma, injustiçados por o nosso grande apoio institucional não estar lá, como deveria estar. Portanto, a única coisa que quero dizer-lhe é que lamentamos que isso tenha acontecido e espero que deixe de acontecer.

A Autoridade Florestal Nacional (e foi o Secretário de Estado Ascenso Simões, porque vinha da Administração Interna, que lhe deu o nome) registou uma diminuição de poderes e, hoje tem outro nome, mas continua na legislação como Autoridade Florestal Nacional mas de «autoridade» tem muito pouco!...

Portanto, a única palavra que aqui deixo é que não podemos continuar a diminuir a força do ICNF, a pouca que ele ainda tem.

Quanto aos sapadores florestais — e não posso deixar de falar neles —, o problema é não só não termos atingido a meta dos 500, mas também continuarmos a ter a mesma verba, de 35 000 €, que tínhamos em 1999, e ainda haver tendência para a sua diminuição. É porque nós temos na mão uma nova proposta de lei, que ainda estamos a analisar, mas que nos deixa extremamente apreensivos. E tenho muita pena — e, como ando no terreno, tenho orgulho em ver as minhas equipas bem equipadas, porque consigo comprar-lhes as fardas e os capacetes de incêndios e todo esse equipamento de proteção individual — de ver outras equipas com os fatos rotos, com os carros a cair, numa situação de degradação que não vejo nas corporações de bombeiros... E porque é que não vejo isso nas corporações de bombeiros? Sabe porquê? Porque os bombeiros têm uma força que nós não temos. E isto é um alerta que aqui deixo: olhem para as equipas de sapadores. Nós

estamos no terreno permanentemente, todo o ano, a trabalhar, temos homens com muito valor a fazer o mesmo trabalho, um trabalho extremamente importante para a floresta. As equipas de sapadores não podem ser abandonadas. O programa de sapadores é um programa de grande valia para este País e, portanto, não pode ser abandonado.

A formação dos sapadores florestais é péssima, não há formação, há muitos anos que não há formação. E, se quisermos tê-la, tem de ser a expensas próprias, ou através das nossas candidaturas ao POPH ou ao PRODER.

Portanto, devia haver uma articulação por parte do ICNF para dar a formação a essas equipas — e isso não está a acontecer. E sinto isso permanentemente no terreno. Até porque há rotação, há novos membros a entrar e não há formação para estas equipas.

Relativamente à questão, de que já falei, da responsabilidade civil, dos 50 metros, acho que deixei bem claro que o que nos incomoda é o abandono dos 50 metros. Agora, se isso se resolve com uma multa da GNR na hora, não sei... Se for para resolver, nós aplaudimos.

Já falei da formação e também já falei na rede primária. É só isto que tenho a dizer. Fico à disposição dos Srs. Deputados. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador: — Mais algum dos senhores quer intervir? Em caso afirmativo, agradecia que se identificasse e referisse a ZIF que representa.

O Sr. Eng.º Gilberto Pereira (ZIF's de Tavira e de São Brás de Alportel): — O meu nome é Gilberto Pereira, pertenço à Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão. Nós temos quatro ZIF's nas

zonas de Loulé, Tavira e São Brás, mais concretamente duas na zona de Tavira, uma na zona de São Brás e uma na zona de Loulé.

Falou-se aqui numa série de questões, sendo que este último interlocutor, de certa maneira, falou naquilo que também nos preocupa. São todas elas questões muito pertinentes relacionadas com os fogos florestais, está tudo interligado.

Diz-se sempre que os campos estão abandonados — e, de facto, alguns estão — mas vou referir aqui três questões que levam a que isso aconteça. É porque o agricultor ou o proprietário da propriedade rústica não é igual a todos os outros detentores de qualquer bem. Quando o proprietário não tem qualquer sustentabilidade da sua propriedade, o que é que acontece? Estamos inseridos exatamente no coração da Serra do Caldeirão, onde a cortiça é o principal bem, mas a doença do sobreiro e os fogos florestais têm dizimado uma grande parte deles. Logo, a sustentabilidade vai sendo cada vez menor.

Ora, isto ligado à estrutura fundiária — e nós temos uma média de propriedade de pouco mais de 0,5 ha —, em que é que resulta? Resulta no êxodo rural e no envelhecimento das pessoas que lá vivem.

Ora, perante uma estrutura fundiária miserável como esta e perante a falta de sustentabilidade da propriedade devido ao que já referi (a doença do sobreiro e os fogos que têm dizimado uma grande parte deles), ficam lá os velhotes. E agora, com esta gente e com uns que estão em França, na Alemanha, etc., e outros que têm propriedades, mas no terreno nada existe, o que é que fazemos? As ZIF, de certa maneira, vieram dar algum ânimo, só que não se tem ultrapassado para além da prevenção contra incêndios (combater os riscos provocados por agentes bióticos e abióticos é o que temos feito).

Agora, o terreno está lá, só que não está lá nada plantado. Ora, naquilo cresce mato e o mato, com uma carga combustível, quando há um incêndio, vai por ali dentro. Claro que, no meio daquilo tudo, vai apanhando outras propriedades que têm lá alguma coisa, nomeadamente o sobreiro.

Ora, com este «caldo» complicadíssimo e complexo, como é que nós conseguimos dar volta a isto? O cadastro é um problema, mas, agora, por acaso, no concelho de Loulé, já estamos em cadastro e todas as pessoas têm de ir lá pôr os marcos e dizer que aquela propriedade é delas.

Mas isto é um caldo complicadíssimo. A propósito dos matos, surgiu a questão das centrais de biomassa. Não sei... Mas, pelo menos na nossa zona, será para queimar mato? E o transporte? Então, vamos tirar o mato do terreno, que já de si é pobre? É melhor triturá-lo e deixá-lo lá ficar, se calhar é muito mais produtivo. Para além de que ninguém consegue retirar de lá tirar biomassa. A não ser — e é o que eles estão a fazer — madeira. E para conseguir madeira, em vez de ir para tábuas para a construção ou para fazer paletes, é muito mais fácil triturar ali o tronco. Mas mesmo o tronco, ainda há dias, veio ter comigo um proprietário, que tem cerca de 30 ha ou 40 ha de pinheiro, que tem de fazer o desbaste, e mesmo para biomassa não paga o trabalho de fazer esse desbaste — e já são pinheiros com 18 anos.

Logo, estão a ver como é que é esta história do transporte. Disseram aqui há pouco que, em volta de uma central de biomassa, não havia incêndios. Sim, se eu colher o mato aqui e o levar para 2 km de distância, é relativamente simples. Agora, colhê-lo no Algarve e levá-lo para onde...? Nós já fizemos uma visita a uma fábrica de *pellets* e, de certa maneira, ainda rentabilizava... Mas o transporte não cobre tudo, o transporte não deixa rigorosamente nada, e ninguém está para retirar da propriedade o material combustível e depois ainda pagar por isso.

Logo, tudo se resume à falta de sustentabilidade, à estrutura fundiária, ao envelhecimento das pessoas e ao êxodo das pessoas desses locais.

Agora, o que é que vamos arranjar aqui, de maneira a que as ZIF possam, de certa maneira, colmatar algumas destas lacunas? Eu, que fui técnico agrícola, durante muitos anos, num ministério, que passo muitas noites a pensar sobre isto e que tenho certamente tantas dúvidas como todos os que estão aqui, pergunto: como é que vamos conseguir sustentabilidade para isto? É que, até aqui, é muito simples: vai o projeto, vem o subsídio, e nós gerimos. Felizmente, temos quatro técnicos florestais, temos uma equipa de sapadores, provavelmente uma das mais estáveis de Portugal, que tem cerca de 12 anos e que temos de equipar, etc. Por isso, os 35 000 € não chegam e temos de encontrar artimanhas para retirar alguma prestação de serviços. Isto tem sido tudo muito difícil, mas isto há de ter um fim. Ainda no ano passado, estivemos para acabar com ela, mas lá nos arranjaram uma viatura que tinha 12 anos e lá conseguimos ainda continuar.

A situação é esta. De qualquer maneira, há algumas propostas. E se permitem, o Eng.º José Pedro Albuquerque, que é o nosso coordenador da associação, poderá explicitá-las.

O Sr. Coordenador: — Faça favor.

O Sr. Eng.º José Albuquerque (ZIF's de Tavira e de São Brás de Alportel): — O meu nome é José Albuquerque, pertenço também à Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão e sou responsável pela ZIF de Loulé, a primeira a ser constituída no Algarve, em 2007.

Temos dois grandes objetivos na associação que vamos, nomeadamente logo com as ZIF, tentar resolver: o problema dos incêndios e o problema das pragas e das doenças. E tendo as ZIF constituídas, a primeira coisa que fizemos foi candidatar-nos ao PRODER para medidas de apoio a DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios) e medidas de combate a pragas e doenças.

Um problema muito grave que temos, a nível do sobreiro, é o declínio do sobreiro, problema este que não foi aqui falado, cujo âmbito não este, mas que causa o abandono — o declínio que vai causar o abandono da propriedade, a falta de rentabilização e, por sua vez, temos o problema dos incêndios.

Já tive a oportunidade de dizer isto e já tivemos várias conversas sobre isto: os agricultores, na nossa zona (e vou falar dos da nossa zona), não querem subsídios, não querem dinheiro; querem, sim, rentabilizar as suas terras, querem, no final do seu investimento, receber o retorno do dinheiro que investiram.

É o que queremos: investir dinheiro, mas saber que temos um retorno, que o setor florestal não está a dar às pessoas. Para isso, tem de ser colmatado com os incentivos, não com subsídios, nem com dinheiro, mas com incentivos para apoiar a floresta.

Esses incentivos têm dois problemas: os incêndios e o problema da doença — ou plantamos árvores e temos de ter sustentabilidade e, assim, não há incêndios, o que custa dinheiro, — ou então, no nosso caso, temos o problema do sobreiro, que tem uma mortalidade muito grande...

Depois, ainda temos problemas para cumprir densidades com o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.) e, se não se cumprir, a devolução do dinheiro.

Na última década houve muitas devoluções de dinheiro a nível de projetos comunitários, pessoas que tiveram de devolver dinheiro, o que as descredibilizou e desmotivou de pedirem novos subsídios.

Para vos dar uma ideia, ao abrigo do AGRO fizemos cerca de 150 a 200 projetos, em que uns não foram apoiados no final do Quadro Comunitário, transitaram para outros, mas fizemos 200 projetos, dos quais 150 foram aprovados. Neste Quadro Comunitário fizemos 15! No PRODER fizemos 15! As burocracias são tão grandes e os problemas que se ouviram falar do AGRO são tão grandes que as pessoas desmotivaram-se.

A nossa propriedade é pequena. Começou logo aquele problema de os PGF terem de ser para áreas superiores a 25 ha. Depois, baixaram para 5 e andámos a discutir isso no início do quadro comunitário de apoio, mas é preciso fazer um PGF. Como o PGF não é financiado, os proprietários que tinham 15 ou 20 ha — que era a média das nossas propriedades e que já dava para fazer um bom projeto — tiveram de pagar e têm de ser agricultores, têm de pagar impostos, depois do que vão receber? Houve muita gente a devolver dinheiro dos impostos que receberam de 2007. Penso que foi no Algarve que isso começou, onde houve pessoas a devolverem muito dinheiro por causa do regime simplificado, que considerava 70% do subsídio recebido em impostos, quando a pessoa tinha gasto 100% e só tinha recebido 90 daquele subsídio, mas não podia apresentar a despesa porque estava no regime simplificado. Houve muita gente a devolver tanto ao IFAP, como, depois, a nível de impostos.

Neste momento, parece que o Orçamento de 2014 reduziu essa taxa do regime simplificado de 70 para 30%, mas, mesmo assim, as pessoas têm as faturas em como gastaram 100%. Têm subsídios de 70, de 60, de 90%, mas têm as faturas em que gastaram 100%. Mas, neste caso, em 2014, o

regime simplificado diz que 30% tem de ir a impostos, apesar de tudo, o que desmotiva as pessoas ao nível de fazerem projetos.

O Sr. Eng.º Gilberto Pereira (ZIF's de Tavira e de São Brás de Alportel): — Não é tanto assim!

O Sr. Eng.º José Albuquerque (ZIF's de Tavira e de São Brás de Alportel): — Depois de ter ouvido os meus colegas e o meu dirigente falar, vou, se calhar, apostar aqui mais em algumas sugestões práticas que possam resolver alguns problemas.

Faço a pergunta: se é obrigatório o PGF acima dos 50 ha no Algarve — e acho que é de 100 no Alentejo e de 25 ha no resto do País —, porque é que abaixo dos hectares obrigatórios nos PROF (Planos Regionais de Ordenamento Florestal), os investimentos do PRODER obrigam a PGF?

Muitas vezes estamos a plantar árvores não para investir, mas mesmo para ocupar a terra. Uma plantação de sobreiros demora 80 anos!... A pessoa não está à espera, em 80 anos, de receber um investimento, está a fazer um bem ao País!

O Sr. Eng.º Gilberto Pereira: — E ao ambiente.

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — Para que é preciso um PGF a dizer que o modelo de silvicultura do sobreiro vai dar rentabilidade a 80 anos, quando sabemos isso? Há propriedades pequenas, então, isentem-nas do PGF, façam projetos simplificados. A nível do AGRO já havia, mas, agora, há as medidas forfetárias que foram criadas e que são mais simples: a pessoa não tem de fazer pedidos de pagamento, faz o trabalho, recebe uma quantia que está mais do que tabelada, essa quantia vai a impostos, vai



à contabilidade, vai onde for. É simples: até 25 ha, acho que é uma proposta, mas também de isentar de PGF estes projetos de arborização e de beneficiação.

Posso dizer que quando a nossa ZIF começou a ser constituída, no tempo do AGRO, em que começámos a pensar nas ZIF por causa do incêndio de 2004 e de 2005, no final do quadro comunitário, do AGRO, saiu, à última hora, uma legislação a dizer que as ZIF eram apoiadas em beneficiações e arborizações de 90% a 100%, com 10% de majoração para as ZIF, que era de 90% e passou para 100%, não havia uma única ZIF constituída nessa altura!... Logo, não houve um único projeto que tenha entrado.

A legislação saiu no final do quadro comunitário. Entretanto, acabou o dinheiro, as ZIF não estavam constituídas, tínhamos a candidatura para poder fazer e não tínhamos as ZIF constituídas. Veio o PRODER e os apoios financeiros deixaram de ser para as arborizações e beneficiações, mas passaram a ser para a defesa da floresta contra incêndios e a biótica. Claro que aproveitámos, também, não vou dizer que não, mas a outra, que era de intervenções diretas na rentabilização do setor florestal, deixou de haver.

O Sr. Eng.º Gilberto Pereira: — Existem, mas são muito baixas.

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — São baixas, são a 50, 60%, o que não compensa. A ZIF não tem capacidade para pôr o autofinanciamento do proprietário, nem para assumir os próprios compromissos.

Torna-se importante a rentabilização da propriedade em si, de as pessoas voltarem a ter confiança naquilo que vão plantar, naquilo que vão produzir, que não tenham problemas de incêndios, que não tenham

problemas de biótica e que seja rentável no fim. Porque, de resto, estamos a trabalhar para o ambiente, estamos a trabalhar para a paisagem, que é para o que nós estamos a trabalhar, neste momento. A Associação, a ZIF, está a trabalhar a nível da paisagem. Gostamos do sócio a, b e c, e todas as pessoas têm de ser apoiadas, mas a nossa perspetiva, quando constituímos a ZIF, é a nível da paisagem. Foi aí que fizemos as faixas de gestão de combustível, os mosaicos e os projetos de pragas e doenças nas zonas afetadas.

A minha primeira proposta é a de haver projetos simplificados, forfetários, abaixo de 25 ha (esta medida pode ser pensada melhor), isentos de PGF. Esta é a minha primeira proposta.

Ainda para o próximo quadro comunitário, à semelhança do AGRO, havia um apoio às infraestruturas florestais, que dava para fazer a beneficiação do caminho florestal de terra batida, tanto para as câmaras, como para as associações, a 80%. Não houve apoio a nível de caminhos florestais, nem para meter manilhas, nem para arranjar valetas, nem...e isso é essencial no combate a incêndios. No AGRO, posso dizer que a Associação investiu, com o retorno de 80%, cerca de 500 000 € em caminhos florestais. Foram mais de 100 km de caminho. Claro que tivemos o apoio da Câmara e dos proprietários e «fizemos trinta por uma linha»..., mas deixámos, em 2008, no final do AGRO, os caminhos da nossa zona impecáveis. Não tivemos a continuidade do arranjo dos caminhos. Infelizmente, estamos a ter agora, porque os caminhos são apoiados nas zonas ardidadas. Por favor, é preciso arder para arranjar caminhos?

Isto espanta-me: é preciso o terreno arder para eu ter um financiamento de 100% para arranjar os caminhos! Não quero que arda, quero ter o financiamento por não arder. Tenho, neste momento, à porta da Associação, um camião de manilhas para pôr, mas só as posso pôr na zona

ardida, porque é onde há financiamento para beneficiar os caminhos por causa da erosão. Para os outros caminhos que devíamos estar a arranjar para ver se não ardem no próximo verão, para os bombeiros poderem passar à vontade, não temos financiamento.

*Aparte inaudível na gravação.*

Apoiar os caminhos florestais no próximo quadro comunitário é importante, bem como a construção de pontos de água.

Não sei como está o meu tempo, mas vou tentar ser mais concreto...

O Sr. Coordenador: — Sr. Engenheiro, o tempo que tem disponível está um bocadinho ultrapassado, mas faça favor de continuar.

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — Vou terminar.

Quanto aos aglomerados populacionais, tem-se falado, aqui, nos 100 metros à volta dos aglomerados populacionais e nos 50 metros das habitações. Desculpem, mas fiquei a saber hoje que não há apoio para os aglomerados populacionais, não há incentivo para as pessoas os fazerem.

Há uma maneira de se arranjar, que é de os tentar meter na faixa primária, tentar meter no PRODER, mas não está legislado. Tem de ser dada uma boa argumentação ao técnico para ele inserir na faixa primária, que pertence à secundária, os 100 metros de aglomerados populacionais.

Conseguimos fazer os 100 metros com o apoio das câmaras municipais e tivemos lá um ano, dois anos, conseguimos. Mas não há...

Devia haver, da mesma maneira...

O Sr. Eng.º Gilberto Pereira: — Com o auxílio das câmaras, mas os proprietários também contribuem!

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — Contribuem sempre, mas da mesma maneira que há apoios nas ZIF a 100% para fazer a faixa primária, era também resolvido o problema dos 100 metros à volta dos aglomerados, se calhar com o mesmo apoio, mas não há incentivo, há a obrigação de os proprietários...que não são os donos das casas — temos esse problema — que têm de fazer limpeza, mas são os donos das terras, que muitas vezes não moram lá: não posso mexer naquele terreno, porque é do fulano a, b, ou c, que tem o terreno, mas que nem sei onde está, e esse vizinho, que não mora lá, e que só tem o terreno daquele artigo, todos os anos tem de mandar limpar aquele terreno para o outro poder lá viver.

A obrigação dos 100 metros de aglomerados populacionais é do proprietário do terreno e não do proprietário da casa, o que gera conflitos, há conflitos sempre entre...e nos 50 metros, a mesma coisa, nos 50 metros da casa, a mesma coisa.

O Sr. Eng.º Gilberto Pereira: — Muitas vezes só tem lá mato!

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — E muitas vezes é só mato. Portanto, 50 metros à volta da casa, mas não é do proprietário, é do vizinho que não mora lá, e isto cria aqui alguns problemas, porque não há apoios financeiros.

Vou falar, agora, sobre o Fundo Florestal Permanente (FFP), que inicialmente apoiava privados e atualmente não o está a fazer, se não me engano, exceto na certificação florestal, salvo erro...

O Sr. Eng.º Gilberto Pereira: — A certificação florestal já acabou!

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — Também já acabou a certificação florestal? Então, parece que a única coisa que havia para apoiar os privados no Fundo Florestal Permanente, atualmente, que era a certificação, já terminou...

Mas, inicialmente, quando foi criado, o Fundo Florestal Permanente — estamos a falar em 2005, 2006, depois dos incêndios — apoiou a elaboração de PGF's pelos proprietários a 100%, os quais se podiam candidatar ao Fundo para elaborarem os PGF. Passados dois anos, isso terminou.

O Fundo apoiou as ZIF na constituição e no funcionamento, pelo menos durante três anos, com um técnico, para apoiar as ZIF. Neste momento, estou convencido de que as contas de todas as ZIF estão fechadas com o Fundo — não há dinheiro para as ZIF e as contas estão totalmente encerradas. Se quisermos manter o técnico da Associação a trabalhar nas ZIF, que tem o tal assunto burocrático, de manutenção, não há financiamento. Os técnicos das ZIF têm de ser financiados pelas associações ou pelas entidades gestoras. As entidades gestoras têm de arranjar dinheiro para pagar ao técnico que, por sua vez, está ao dispor da ZIF. Salvo erro, até 2010, isto era financiado pelo Fundo Florestal Permanente. Agora, não é.

Estas candidaturas do Fundo Florestal Permanente podiam ser utilizadas pelas pessoas que não tinham dinheiro — e aí tentou-se limpar os tais 50 metros à volta das casas — que podiam, através das OPF (Organizações de Produtores Florestais), arranjar maneira de incentivar as pessoas a poderem contratar alguém para fazer aquele trabalho e aí já não teriam desculpa por não terem feito os 50 metros: ou faziam pelos seus

meios ou, então, teriam possibilidade de se candidatar ao Fundo Florestal Permanente.

Vou terminar com a questão dos sapadores florestais. Não, aqui havia muita coisa, mas não me vou alargar.

Quanto à questão da faixa primária, as ZIF fazem a faixa primária, mas não são obrigadas a fazer. Fazem por sua iniciativa, porque têm os projetos.

Os municípios fazem a faixa primária, porque também têm algum... Enfim, não há a obrigação de ninguém fazer a faixa primária.

A rede primária está definida — e peço ajuda aos meus colegas —, mas por lei não é de ninguém.

*Apartes inaudíveis na gravação.*

O planeamento é do ICNF. E a execução?

*Uma voz não identificada:* — É da entidade que superentende o território.

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — Pode ser qualquer um!

*Uma voz não identificada:* — Pode ser o proprietário, pode ser...

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — Pode ser qualquer um! É a ideia que tenho. Não há responsabilidade de uma pessoa ou, melhor, entidade, diretamente, para fazer a faixa primária. Podem ser as ZIF, pode ser o município, pode ser o proprietário, qualquer pessoa se pode candidatar à faixa primária, e vamos tendo retalhos.

Faço a faixa primária da minha ZIF, por acaso a Câmara de Loulé fez da minha ZIF para a frente mas, depois, parou. A Câmara de S. Brás fez da minha ZIF de S. Brás para a frente e fomos ligando ao longo de vários anos, porque houve coordenação. Mas o proprietário podia candidatar-se à faixa primária e fazer um bocadinho e o outro não fazia. O município podia candidatar-se a todo...

Há responsabilização de quem planeia mas, depois, não há uma entidade que diga «é o município que tem de fazer.» Evidentemente que, depois, se o município não fizer, pode, por protocolo ou de outra maneira qualquer, passar a responsabilidade para outro.

Em relação aos sapadores florestais, giro a equipa de sapadores florestais desde 2001, e, tal como os meus colegas, anualmente, são 35 000 euros. Isto desde 2001 até este ano.

Não sabia que ia ser alterada novamente a lei dos sapadores florestais, mas de há 12 ou 13 anos que a lei muda de 2 em 2 anos e todos os anos temos um critério novo.

Quando nos candidatámos aos sapadores florestais havia uma liberdade — e eu concordava com isso — e uma responsabilidade muito grande dada às OPF, isto é, diziam: «Têm aqui uns homens e a vossa responsabilidade é silvicultura preventiva, prevenção de incêndios, a nível de primeira intervenção, e vigilância, no verão. Coordenem-se, digam como querem o vosso planeamento e vamos embora para a frente, vamos trabalhar». Nós apresentávamos planos de atividade, relatórios de atividade, aprovados pelo ICNF, e cumpríamos o que planeávamos fazer e estava coordenado.

Neste momento, os 35 000 euros que o ICNF nos paga são para pagar seis meses de serviço público, à responsabilidade do ICNF. Ficamos

com seis meses para nós e pagamos a outra quantia. Passa-se assim também com os outros? É igual?

*Uma voz não identificada:* — É!

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — É igual. Isto faz com que não tenhamos liberdade sobre a equipa para a gerir.

Como reparam, no inverno, nos seis meses que ficam para nós, há chuva. Temos de rentabilizar a equipa em dias de chuva. É difícil!

Posso dizer-vos que quando me davam a responsabilidade para fazer vigilância, no verão, fazia turnos com a minha equipa, trabalhávamos sábados, domingos e feriados. Agora não!

Agora, trabalhamos dias úteis, no horário definido pelo ICNF, que é das 11h e 30m às 19h. É isso que está estipulado em protocolo e nós cumprimos. Temos as regras muito mais apertadas e sabemos que os incêndios não aparecem nos dias úteis... Ah, e nos dias de alerta amarelo... Ou seja, nos dias de alerta amarelo fazemos vigilância; os outros dias não são considerados dias de serviço público e podemos estar a fazer silvicultura ou o que quisermos.

É claro que temos a consciência de que um dia em pleno verão, em pleno agosto, no Algarve, apesar de não ser de alerta amarelo, é de risco! É de risco e não vamos estar a trabalhar com um moto-roçadora às 14 horas!

O que é que os meus homens estão a fazer às 14 horas? Com certeza que estão a fazer vigilância, a fazer serviço público, e esse dia não é contabilizado porque não é de alerta amarelo.

O equipamento era renovado, não anualmente mas de 5 em 5 anos, ou seja, de 5 em 5 anos havia manutenção do equipamento pela Autoridade Florestal Nacional, e era apoiada pelo Fundo Florestal Permanente. Tentei



candidatar-me ao Fundo Florestal Permanente para ir buscar equipamento e eles disseram-me: «Não, quem vai buscar dinheiro ao Fundo Florestal Permanente é a DGRF (Direção-Geral dos Recursos Florestais), na altura».

O Sr. Coordenador: — Agradecia-lhe que apressasse um bocadinho a sua exposição...

O Sr. Eng.º José Albuquerque: — Com certeza.

Portanto, se nós quiséssemos ir buscar equipamento teríamos de ir através da DGRF, que nos entregava equipamento.

Atualmente, se quisermos ter equipamento novo, temos de o comprar. Logo, os 35 000 euros têm servido também para comprar equipamento, para manter a carrinha e manter tudo. Não há uma diminuição de dinheiro mas há uma diminuição de regalias, o que põe em causa a equipa de sapadores.

Peço desculpa por me ter alargado.

O Sr. Coordenador: — Algum dos senhores pretende intervir?

*Pausa.*

Agradecia que se identificasse.

O Sr. Eng.º André Mendes Nunes (ZIF da Aldeia do Mato, Abrantes): — O meu nome é André Mendes Nunes. Faço parte da Gestiverde, entidade gestora da ZIF da Aldeia do Mato. Já há algum tempo estive aqui, por causa do Decreto-Lei n.º 96/2013...

Queria começar seguindo a sugestão do colega acerca de o PRODER ser mais ágil para áreas de menor dimensão. Existem já projetos simplificados, sempre que apresentamos um pedido de autorização ao ICNF para arborização. Se calhar, se houver incentivo para outras espécies, nesse enquadramento, bastaria o projeto que se apresenta segundo o Decreto-Lei n.º 96/2013 para fomentar a cultura do sobreiro, do pinheiro manso, em pequena escala.

Era uma forma de utilizar o que já existe e coordenar o PRODER com essa existência, ou seja, havendo um aval do ICNF, o técnico do PRODER, depois, só tem de ver da adequação que o ICNF deu para providenciar as verbas necessárias para a execução. Acho que era uma forma expedita, usando aquilo que já há, ou seja, não tem nada de novo, para resolver essa questão.

Voltando àquilo que me trouxe cá, a vosso convite, que muito agradeço, na ZIF da Aldeia do Mato as realidades são um bocado diferentes daquelas que já foram descritas mais a norte e mais a sul. Estamos no concelho de Abrantes, distrito de santarém, e a nossa realidade é sobretudo a floresta de produção de eucalipto. Todo o esforço que faço enquanto gestor da ZIF da Aldeia do Mato é no sentido de convencer os proprietários da necessidade, para preservar o eucalipto existente, de aproveitar aquilo que existe de outras espécies ou de mato para culturas diferenciadas, exatamente para preservar o que lá existe.

Toda a gestão florestal tem os seus «quês». Felizmente, temos cadastro para trabalhar mas isso não nos simplifica o trabalho porque voltamos sempre à questão demográfica.

Neste momento, estamos num processo de alargamento da ZIF, porque as pessoas têm apreciado o trabalho e os aderentes deram-nos um mandato, a nível da assembleia, para fazer o alargamento ao resto do norte

do concelho de Abrantes, que tem o mesmo tipo de relevo. Todo o resto das freguesias do norte do concelho de Abrantes alimentam a bacia hidrográfica da albufeira de Castelo do Bode, temos os mesmos problemas em termos da ocupação do espaço, o mesmo tipo de minifúndio, com eucalipto e pinho, sendo muito do pinho resultante dos fogos de 2003 e 2005, que deram depois origem à ZIF, que foi o que motivou as ZIF, ou seja, foram os fogos desses dois anos que deram origem às ZIF.

Portanto, todo o esforço que temos feito, mesmo com cadastro, às vezes é inglório. Por mais cartas que enviemos ou por mais que nos desloquemos a casas de pessoas noutros pontos do País, é sempre muito complicado porque ou não atendem ou não respondem às cartas que enviamos a sensibilizá-los para a existência da ZIF e para a pertinência de aderirem à ZIF.

Por isso, temos feito sobretudo muito trabalho de divulgação daquilo que é a realidade da ZIF, combatendo muitos mitos, porque muitas vezes, sobretudo no processo de criação da ZIF, falava-se que as pessoas não teriam direitos sobre os terrenos a partir do momento em que aderissem, direito de venderem os seus terrenos, etc. Tudo isso era muito complicado e tive mesmo uma proprietária que disse, no início, que não aderiria porque pensava que a ZIF podia vender o seu terreno e construir lá um hotel.

A verdade é que isso foi-nos descrito e isso passa muito na cabeça das pessoas, sobretudo porque estamos a falar de uma faixa etária de 70/80 anos. Sou sempre o mais novo nas assembleias. Felizmente, agora, utilizando os mecanismos das redes sociais, temos tentado divulgar, sobretudo aos filhos e netos desta geração de proprietários, esta existência, sobretudo para que eles se aperceberem do valor que os pais detêm. É que quando estão aqui em Lisboa há sempre aquela coisa de ter de ir a Abrantes

— faz muito calor ou é muito frio e não nos interessa... Mas temos de saber trabalhar com esse fator demográfico.

Outra coisa que acho que era importante debelar e de que já se falou aqui é a questão do ordenamento e do minifúndio.

As ZIF, quando funcionam bem, minimizam o facto de trabalharmos com minifúndios, mas poderia haver iniciativas para o ordenamento do território e a promoção do emparcelamento que acho que eram importantes até para zonas onde não existe cadastro e de que já falei aqui da outra vez que cá estive como sendo um problema a resolver. Da última vez que cá estive falou-se muito da eucaliptização, por causa de 1996/2013.

A minha ideia — obviamente que isto é uma proposta — é que se dessemos algum tipo de benefício fiscal para que um proprietário que na área da ZIF da Aldeia do Mato tenha 30 ha separados, 20 parcelas diferentes com as 20 dimensões que tenham, se dessemos 2 ou 3 anos, como aqui se falava, para falar com os vários vizinhos — é que eles depois sabem encontrar-se, quando fazemos ou promovemos alguma coisa, eles, depois, sabem encontrar-se — e fazer trocas de cadernetas ou fazer negócio, enfim da forma que eles arranjassem, havendo um benefício fiscal para o permitir, aquele senhor, em vez de ter 30 ha em 20 parcelas, passaria a ter os mesmos 30 ha em duas parcelas, o que já teria outra escala e outra dimensão.

A ZIF a que pertenço é um «mediofúndio», ou seja, a área média dos nossos proprietários é de 3 ha, mas a dos não aderentes é de menos de 1 ha. Portanto, tem sido difícil sobretudo apanhar os pequeninos. Para cumprirmos os rácios de existência da ZIF, quando se elaborou a ZIF, foi-se atrás dos de maior dimensão e agora o trabalho tem sido mostrar — isto é muito como S. Tomé, ver para crer — que as ZIF funcionam, e as pessoas têm aderido com o trabalho feito.

Pedi para ser entregue um conjunto de documentos contendo as estatísticas da nossa realidade porque acho que é importante. As ZIF da zona do vale do Sousa, da serra da Estrela, da serra do Caldeirão são realidades diferentes. Pensa-se uma realidade com carácter nacional mas, depois, tem de se fazer uma interpretação diferente, e é dessa interpretação, feita melhor ou pior, que resulta o sucesso das ZIF.

Tivemos de abdicar do poder que às vezes se reclama para as entidades gestoras e dá-la aos aderentes, ou pelo menos dar-lhes a esperança de que tudo o que é feito na ZIF — e é assim que temos trabalhado — é decisão das assembleias de aderentes, ou seja, os proprietários é que detêm o poder da ZIF.

Tudo o que é feito, os projetos de arborização, de controlo de pinho bravo resultante da regeneração natural pós incêndio, mesmo as estruturas de FCI (floresta contra incêndios) que temos estado a aplicar, esta questão do alargamento e mesmo quanto às ideias para o futuro, como a introdução de rebanhos para fazer a manutenção destas estruturas de FCI e projetos de jovens agricultores nas áreas agrícolas — sabemos, historicamente, que antes os fogos paravam nas zonas agrícolas e hoje em dia é onde eles começam ou onde ganham maior dimensão, por isso é que se ouve muito que ardem áreas de matos e não tanto floresta —, enfim, temos tentado «brincar» com todos os mecanismos que existem e sermos inventivos para criar soluções para as pessoas se fixarem.

Sobretudo com os projetos de jovens de agricultores, os descendentes de proprietários que estão neste momento desempregados em zonas urbanas podem assim regressar e constituir-se como empresário em nome individual ou inserir-se em explorações já existentes e, fazendo isso, estamos a diminuir o risco de incêndio da área que temos, novamente de eucalipto.

Porém, estamos a trabalhar na área agrícola, nas áreas de mato, etc., e também temos de preocupações de conservação por causa da qualidade da água na albufeira de Castelo do Bode, que consumimos aqui em Lisboa.

Portanto, temos sempre isto em mente e seria importante nesse trabalho que houvesse algum tipo de apoio. Um dia hei de «bater à porta» da EPAL para eles participarem desta gestão, porque, ao fim e ao cabo, estamos a prestar-lhes um serviço e poderia haver algum mecanismo de compensação porque um produtor já não pode ter o eucalipto colado à água, como diz a lei, mas ele existe — sobretudo a montante, em Ferreira do Zêzere, o problema é gritante.

Assim, poderia arranjar-se aqui um mecanismo de compensação por estarmos a prestar um serviço ambiental e uma empresa que usufrui desse serviço ambiental poderia dar ali um retorno. E quem diz a EPAL, diz a EDP e mesmo as celulosas que estão aí inseridas e que nos têm ajudado na gestão.

Demoniza-se muito o eucalipto — pessoalmente, sou contra o eucalipto nas zonas erradas, mas também não é a contrainformação a que muitas vezes assistimos nos *media* —, mas o facto de termos eucalipto tem diminuído o risco de incêndio. É porque existe uma gestão mais efetiva e mais ativa por parte das pessoas, porque existe ali um valor acrescentado e as pessoas querem salvaguardá-lo. Por isso é que ter eucalipto não é assim tão complicado.

Obviamente que para gerir aquele eucalipto, para não ficarmos com uma zona contínua desde o Entroncamento até Mação, temos de criar descontinuidades no meio desse eucaliptal e é nisso que temos apostado e temos enveredado por essa política.

Quando há bocado se falou da defesa da floresta contra incêndios, eu quanto a combate de incêndios felizmente tenho pouca experiência, porque

a nossa empresa assumiu a ZIF há cerca de três anos. Herdámos-a de outra empresa que, infelizmente, foi apanhada pela crise... Houve um convite por parte dos aderentes e uma assembleia onde houve uma grande votação para que fossemos a entidade gestora substituta.

É verdade que não faço combate de incêndios, mas trabalho muito na prevenção florestal, primeiro, fazendo aproveitamentos produtivos das áreas incultas, nomeadamente as áreas de matos, controlando, sobretudo, a regeneração que existe no subcoberto do eucaliptal e mais recentemente temos feito as estruturas de defesa da floresta contra incêndios.

Como disse aqui o colega, fomos mais abrangentes e consta do primeiro mapa do caderno que vos foi entregue as intervenções que realizámos. Portanto, fomos a tudo aquilo que considerámos crítico. Fomos à rede primária que havemos de executar este ano, e estabelecemos uma hierarquização, porque responde também a algumas questões que aqui foram colocadas.

O ano passado, concentrámo-nos sobretudo nos aglomerados populacionais, porque, se houvesse necessidade, queríamos deferir o combate de incêndios das casas para dentro da floresta que é efetivamente a riqueza daquelas pessoas e tal como vimos no Caramulo os quintais a arder quisemos que se houvesse alguma necessidade de intervenção isso fosse feito nas matas.

Para isso executámos as redes secundárias nas zonas em que os caminhos já estão constituídos como estradões; portanto, onde já são largos ainda vamos promover caminhos extra-florestais e, felizmente, temos apoio para isso.

Obviamente, que tudo isto foi feito em coordenação... Há bocado falava-se do ICNF, do PRODOR, dos corpos de bombeiros, da proteção civil e de como é que tudo isto se integra, eu fiz trudo com conhecimento e

com conviência e ajuda de todos. Portanto, quando começámos a pensar os projetos de florestação o ICNF foi contactado, o Gabinete de Proteção Civil e também os proprietários para percebermos exatamente quais eram os problemas que as entidades que sobreintendem o território já tinham.

Quanto ao projeto de Defesa da Floresta Contra Incêndios falámos primeiro com o ICNF para perceber o que era a realidade para o distrito e o que era urgente fazer-se e com o apoio deles depois foi fácil a argumentação para fazermos os aglomerados populacionais porque se percebeu da necessidade da sua intervenção, obviamente observando os requisitos da lei.

Foi solicitada à câmara municipal a introdução de mais rede secundária em pontos que considerámos chave e isso foi feito a nível da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Portanto, houve aqui entre o ICNF, o PRODER, a câmara municipal, o corpo de bombeiros, o Gabinete de Proteção Civil e o GTFI (Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal) toda uma coordenação para que o projeto fosse feito. Mais tarde, para além da área da ZIF, a câmara municipal pegou na deixa e também submeteu uma candidatura que por causa dos preceitos a que a lei obriga ainda não está em execução, porque ainda tem de ir a júri, a concurso público, é tudo mais moroso.

Nós, que somos uma empresa, somos guiados por objetivos determinados. Temos de fazer isto este ano e a partir do momento em que obtivemos a aprovação, nessa mesma semana começámos a trabalhar.

Todo esse trabalho foi feito de maio a setembro e nunca parámos. Obviamente que quando chegámos ao período crítico observávamos outro tipo de horários.

Gostaria também de vos falar um bocadinho sobre a forma como o concelho de Abrantes, e pode ser utilizado como exemplo para outros



concelhos, coordenou a Defesa da Floresta Contra Incêndios e o seu combate.

Quinzenalmente temos reuniões no edifício dos bombeiros onde estão presentes as várias organizações, a associação de produtores agrícolas, a proteção civil, o corpo de bombeiros, a GNR, a PSP, temos o meteorologista local que nos dá algum apoio nessa parte, temos a escola e a câmara com mais um ou outro representante.

Portanto, cada um vai anunciando aquilo que tem feito no capítulo da prevenção, sobretudo eu, e depois coordenamos os esforços para que aquele combate de primeira intervenção seja feito.

Enquanto tive equipas a trabalhar entre as seis horas e o meio-dia tinha também as equipas de primeira intervenção de cada uma das juntas de freguesia posicionadas para que, se houvesse algum tipo de foco incêndio provocado por nós, fosse automaticamente debelado para que não se pudesse propagar.

As equipas da AFOCELCA também são importantes e sempre que existiu um foco de incêndio que se percebia que podia ter alguma dimensão vinham logo os helicópteros, havia estas equipas de primeira intervenção que depois também davam uma estimativa daquilo que era a problemática do local, vinha logo um meio pesado e, portanto, nós atacávamos logo desde início com tudo o que tínhamos não esperávamos que aquilo ganhasse dimensão.

Penso que esse foi o grande truque deste ano, funcionou, foram 30 ha em todo o concelho. Na área norte foram cerca de 7 ha o que é muito diferente dos milhares de hectares que arderam em 2003 e em 2005.

Enquanto gestor florestal tenho consciência de que aquilo que fiz foi adiar o próximo incêndio e o trabalho que faço é que o próximo, qualquer que ele seja, seja sempre de pequena dimensão e de fácil combate. O

segredo destas coisas é o de que, se interrompermos estes ciclos que destroem a nossa floresta, as pessoas continuam a apostar na floresta.

Depois, para além do eucalipto, se conseguirmos diversificar os nossos produtos, se eu conseguir manter os pinhais que ainda tenho — para além das espécies que resultam da evolução das comunidades vegetais determinada pelo fogo —, consigo produtos de outra valia e as pessoas começam a apostar nessa valia, porque têm maior segurança em apostar no pinheiro manso, no pinheiro bravo e em todas as outras espécies que nos interessam não só do ponto de vista produtivo para fornecer ao nosso tecido secundário para a transformação, mas também do ponto de vista da proteção.

Eu gostava muito de tirar todas as minhas linhas de água, sejam elas torrenciais ou ainda correntes, daquela área e todas as matas de eucalipto que vão até ao leito, mas isso são erros do passado e que nós aos poucos e poucos com um bocado de sensibilidade tentamos mostrar às pessoas, mas isso, se calhar, é trabalho de uma década. Se calhar, só a partir do momento em que comece a falar com um filho é que passarei a ter mais sensibilidade para estas questões da ecologia e da proteção, porque o nosso objetivo nunca é retirar o valor produtivo às propriedades é potenciá-lo, mas potenciá-lo às vezes implica defendê-lo e defendê-lo origina que nos vales tenhamos de ter outro tipo de floresta que não uma floresta de rápido crescimento, porque depois existem aquelas ocorrências como, infelizmente, houve no Caramulo.

Hierarquizámos o trabalho sobretudo em volta dos aglomerados por causa de combater algum estigma social que pudesse haver, porque, ao fim e ao cabo, todas as operações foram determinadas por um edital na impossibilidade de contactar todos. Portanto, começámos por aquilo que as pessoas percebiam, isto é, estamos a limpar em volta das casas e elas ficam

todas contentes. Às vezes era preciso andar em cima das equipas para não fazerem trabalho a mais, porque as pessoas iam atrás deles e diziam: «Eh pá, limpe o meu quintal, tire as silvas do meu telhado...».

Convido-vos desde já a visitar um dia destes a ZIF de Aldeia do Mato para ir ver isso mesmo, isto é, nós tínhamos silvas `altura das árvores já com um porte quase arbóreo, não era arbóreo porque elas têm esta tendência de trepar por tudo quanto é lado, mas casas abandonadas que arderam em 2005, hoje em dia andámos a redescobri-las, porque estavam dominadas por silvados e andámos a fazer esse trabalho muito moroso.

Eu tenho um problema com a minha rede primária, porque a minha rede primária foi desenhada no meio de uma zona de eucaliptal. Se eu for pelos pergaminhos que a lei obriga em termos de densidade e tudo mais o problema social que o Estado não quis assumir naquele caso ao executar aquela área vou ter eu de o assumir, vou ter de pôr eu a minha cabeça de fora para dar uma explicação àquelas pessoas. Portanto, aquilo que nós, em coordenação com o ICNF e o PRODER, fizemos é o que vamos tentar fazer, de uma forma que as pessoas entendam: primeiro, vamos tirar as árvores mais próximas do alcatrão, vamos fazer uma supressão completa nos primeiros 10 m, e depois vamos fazer uma silvicultura preventiva nos demais 50 m, pois são 60 m para cada lado da estrada. A minha esperança é que continuando o meu trabalho de informação, aos poucos e poucos, à medida que vão fazendo os cortes, vamos inviabilizando os cepos até começarmos a atingir as densidades de árvores requeridas e afastar e criar ali mesmo uma zona que se possa considerar de compartimentação dentro da área florestal.

Portanto, são estes os problemas que nós temos. Às vezes vêm desde o desenho e depois quando nós vamos executar há aqui uma situação que nos vai levantar problemas, mas costumo dizer que são «os ovos» que nós

temos e vamos fazendo as omeletas da forma que for possível... Este é o exemplo da ZIF da Aldeia do Mato, tem sido este o nosso trabalho.

Tenho ainda aqui um outro ponto registado como sendo de informação importante e queria também falar sobre ele. Nós já fizemos aqui algumas experiências com fogo controlado, mas devido ao nosso tipo de floresta era muito complicado por causa do declive do solo, mas têm de existir umas condições muito específicas e não é solução para todos os locais do País. Para mim seria uma solução muito mais barata, pois escusava de estar a gastar as centenas de euros que estou a gastar por hectare para fazer as limpezas destas faixas... No futuro queremos que isto fique mais barato com a introdução de rebanhos.

Ao início pensámos que podíamos assumir essa gestão à semelhança de outros exemplos que existem no País, mas o interesse de uma das juntas de freguesia em fazê-lo e criar um rebanho comunitário pareceu-nos mais favorável, porque desde que cumpram os objetivos que tínhamos para a área ótimo, portanto se for outra entidade a fazê-lo não há problema, agora temos é de trabalhar juntando sinergias, porque os objetivos são os mesmos.

Quanto às dificuldades de aplicação dos PGF, eu gostaria de dizer o seguinte: há áreas que estavam só com mato que ficaram totalmente limpas e temos tentado incentivado as pessoas a arborizar com espécies que não o eucalipto; porém, há muita gente que vê aquelas áreas totalmente limpas em que só falta abrir um rego e plantar o eucalipto. O que eu digo é que não sou polícia das pessoas, mas não posso deixar passar exemplos que sejam copiados por outros, pois isto obedece a regras. Vou acreditar que quando aparece lá uma plantação, de que eu não tinha conhecimento, ela foi alvo de autorização... Aproveito depois os *briefings* para dizer: «Aconteceu isto e tal», mas não ando atrás das pessoas com um pau, nunca

faço aplicar a tal «multa na hora»... Mas isso tem funcionado, pois apareceram-me nas últimas semanas 100 ha de novos aderentes, porque ficaram com medo e pelo menos desse ponto de vista funcionou.

Portanto, nós não vamos fazer isso, se bem que por detrás tenha de haver um apoio da GNR, uma fiscalização efetiva ou então uma entidade que fique a superintender, porque também ainda há uma indefinição sobre isso. Eu trato da sensibilização, mas penso que o ICNF antes de mais nada também podia tratar da sensibilização, isto para criar um espírito do polícia bom e do polícia mau. Eu uso muito este estratagema na gestão da própria ZIF, isto é, mostrar que o mau exemplo tem mesmo um carácter mau e, portanto, haver aqui uma entidade que é fiscalizadora e quando eles aparecerem aplicam as multas e não há maneira de fugir.

Sobre o decreto-lei das arborizações e rearborizações, já sugeri que o ICNF, tal como nós fazemos, e provavelmente os colegas das outras ZIF também o fizeram na altura da constituição, eu agora estou a fazê-lo no alargamento, vá às juntas de freguesia promover umas reuniões com as pessoas e informá-las, temos de ir ao poder local e temos de informá-las no momento. Obviamente, que os emigrantes ou mesmo a população sazonal que está nos centros urbanos e que vai à terra de vez em quando se calhar tem de ter mais uma informação dos *media*, mas aquela faixa etária dos 60, 70 anos que lá vive tem de ser avisada no local, tem de ser o presidente da junta, em quem eles confiam, ou o padre. Eu uso muito o padre, coitado do padre, mas eu uso-o para tudo. Em termos de projetos de divulgação, daquilo que é o exercício da própria atividade da ZIF, tem sido assim, são «os ovos» que nós temos.

Temos um objetivo que é preservar aquilo que é a riqueza criada, que as pessoas mal ou bem criaram, mal ou bem isso se calhar será depois outro

fórum, porque aquilo era tudo uma área de pinhal e aproveitaram os fogos de 2003 e 2005 agora é uma área extensa de eucaliptal, cerca de 80%.

Portanto, agora trabalhamos, sobretudo, para conservar aquilo que já está feito e aplicar aquilo que está previsto em PGF. Vou fazer uma revisão quando do momento do alargamento da ZIF e há outra coisa que faço que é tornar a ZIF um espaço dinâmico. Tento sempre que haja alguma coisa a acontecer, ou é porque estabelecemos uma parceria com o Instituto Superior de Agronomia para um centro de estudos florestais, para começar a fazer uns ensaios de fertilização para sabermos se os pinhais que temos instalados vão ter as produtividades que nós desejamos. Há sempre a questão da fitossanidade e essa, se calhar, é o maior desafio que vamos ter na próxima década, mas pelo menos trabalhamos para garantir às pessoas que têm 80 anos e que plantaram o pinheiro manso em detrimento do eucalipto que estamos a trabalhar em tudo para realmente o pinheiro manso frutificar quando chegar o momento... Eu trato da questão silvícola; também estamos a trabalhar com jovens para vermos se eles se instalam lá como jovens apicultores para haver a polinização; estou a trabalhar a questão da fertilidade em breve também com o Centro de Estudos Florestais do ISA (Instituto Superior de Agronomia), mas quanto ao resto... Eu não posso controlar o clima, as amplitudes térmicas do verão e do inverno, que provavelmente significam muito, os fogos... Isso é um trabalho de todos nós. É por isso que estamos aqui hoje, para pensarmos isto e também para pensarmos em todos aqueles decretos-leis que regulamentam as nossas atividades.

Se os Srs. Deputados depois tiverem mais dúvidas, podemos falar noutra altura, porque sei que esta audição já vai longa.

O Sr. Coordenador: — Meus Senhores, de facto, como já estamos um bocadinho atrasados para a audição seguinte, a dos representantes dos baldios, resta-me despedir e agradecer o vosso contributo.

Srs. Deputados, está encerrada esta primeira audição de hoje.

*Eram 11 horas e 42 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.